

ESTATAIS

Governo Lula trava onda de privatização

Decreto retira dez empresas de programas de desestatização e de parceria. Servidores aprovam, especialistas divergem

MICHELLE PORTELA

Correios

Em cumprimento a uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal publicou ontem um decreto que retira três estatais do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e outras sete do Plano Nacional de Desestatização (PND). De acordo com o Ministério das Comunicações, o governo tem como objetivo "reforçar o papel destas empresas na oferta de cidadania e ampliar ainda mais os investimentos".

O decreto exclui do PPI as empresas Pré-Sal Petróleo S.A.; a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Telebras. Em relação ao PND, sete estatais foram retiradas do programa: a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e a Agência Nacional de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Nuclep); a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (AGBF); e o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Cetec).

Entre as maiores estatais excluídas do processo de desestatização está a Pré-Sal Petróleo S.A., vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A PPSA tem como atribuição a gestão dos contratos de partilha de produção, além da gestão da comercialização de petróleo e gás natural do chamado Pré-Sal.

No ano passado, a empresa arrecadou R\$ 4,71 bilhões em 2022 com a comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União nos contratos de partilha de produção. O volume é quatro vezes maior ao registrado em 2021 (R\$ 1,22 bilhão), resultante do aumento da produção nos contratos de partilha de produção e da conjuntura do mercado internacional de preços de petróleo.

Especialistas ouvidos pelo Correio consideram a empresa estratégica no processo de privatização. O diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), Mahatma dos Santos, aponta a soberania energética como fator decisivo para a medida governamental.

"Com isso, o atual governo arbitra por garantir o controle nacional sobre a gestão das reservas estratégicas de óleo e gás do pré-sal. A PPSA é uma das mais importantes estratégicas empresas públicas do setor de óleo e gás do país. A privatização colocaria em risco a soberania energética nacional e a gestão pública dos recursos energéticos do pré-sal, uma das maiores reservas de petróleo descobertas no mundo nas últimas décadas e patrimônio do povo brasileiro", avaliou.

No centro do debate sobre as desestatizações, contudo, está a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, os Correios. Após o governo Bolsonaro anunciar a inclusão da estatal como uma das principais medidas no processo de privatizações, coube ao Congresso Nacional dificultar o avanço da desestatização da empresa, presente em 5.500 municípios. Embora aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto de lei nº 591/2021 está desde janeiro de 2022 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Há uma contínua pressão dos funcionários da empresa. Ex-vice-presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap), Marcos César Alves Silva considera que o governo federal está consolidando a posição já anunciada, de não privatizar estatais como os Correios. Trata-se da formalização do que já havia sido anunciado pelo próprio Presidente da República, durante a campanha e também depois de eleito, afirmou ao Correio.

Para os servidores, com a decisão do governo Lula de retirar as estatais dos programas de desestatização, o mais importante é dar continuidade aos processos institucionais. "No caso dos Correios, com essa consolidação, a empresa poderá se dedicar mais aos seus negócios e ao aperfeiçoamento e modernização de sua operação, sem a sombra de um processo de privatização", explicou Marcos Alves.

As primeiras medidas para vetar as desestatizações foram adotadas pelo presidente Lula ainda na posse, em 1º de janeiro. Nessa data, o chefe do Executivo assinou um despacho determinando a revogação de processos de privatização de oito estatais, incluindo Correios e Petrobras.

Para o artigo, os decretos visam "reinstaurar o velho cenário político das companhias estaduais de saneamento básico, com prejuízo ao atendimento das metas de universalização ainda nesta década". Seguindo os termos estabelecidos pelo marco legal, o prazo previsto em lei para assegurar o acesso ao saneamento a toda a população é 2033.

Saneamento

O partido Novo acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que mudam o Marco Legal do Saneamento e abrem caminho para estatais estaduais prestarem serviços de água e esgoto sem licitação.

Para o artigo, os decretos visam "reinstaurar o velho cenário político das companhias estaduais de saneamento básico, com prejuízo ao atendimento das metas de universalização ainda nesta década". Seguindo os termos estabelecidos pelo marco legal, o prazo previsto em lei para assegurar o acesso ao saneamento a toda a população é 2033.

Minervino Junior/CB/O.A. Press



Agência dos Correios no Setor de Indústria e Abastecimento, em Brasília: empresa em 5,5 mil municípios

Novo modelo

O governo Lula decidiu rever a política de desestatização de empresas. O Planalto mirou as estatais que estão incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND) e no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

EMPRESAS RETIRADAS DO PPI

- PPSA — Vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) atua em uma das áreas mais valorizadas pelo governo Lula.
Conab — Fundada em 1991, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) tem um orçamento de R\$ 1,83 bilhão para 2023.
Telebras — Empresa de telecomunicações estratégicas da Defesa Nacional. Atua em todo o território nacional, em situações de emergência ou calamidade.

EMPRESAS RETIRADAS DO PND

- Correios — A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) foi fundada em 1963. Está presente em 5.500 municípios.
Serpro — Fundado há 59 anos, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) ganhou um reforço de caixa de R\$ 96 milhões este ano para manter líder no mercado nacional de TI.
EBC — Criada em 2007 para prestar serviços de radiodifusão pública e gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais, a Empresa Brasil de Comunicação tem uma previsão orçamentária de R\$ 641 milhões em 2023.
Dataprev — A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência é responsável pelo cadastro de trabalhadores.
Nuclep — Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência é vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.
ABGF — A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. administra fundos garantidores e presta garantias às operações de riscos diluídos em áreas de grande interesse econômico.
Cetec — O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. é uma empresa de semicondutores.

Três perguntas para

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados



Como avalia a decisão de retirar estatais do programa de privatização?

Essa decisão era esperada. Desde o ano passado, o presidente Lula dava essa sinalização. Nesse sentido, não tem novidade. Agora, a decisão em si é ruim. A gente tinha nessas empresas uma possibilidade de renovação e remodelação que seria interessante se elas estivessem nas mãos do setor privado.

Seria importante manter algumas dessas estatais?

Todas poderiam ir para o setor privado. A questão é o Estado ter caráter fiscalizador e regulatório, o que foi se perdendo ao longo dos últimos anos, até no próprio governo Lula. A gente tinha uma estrutura de regulação que havia sido criada no governo Fernando Henrique Cardoso.

O presidente também alterou o Marco Legal do Saneamento. Essas medidas podem ter impacto na economia?

As medidas que alteraram o Marco Legal do Saneamento, com exceção da que retira o limite para PPPs, são prejudiciais. É aquele velho hábito brasileiro de mudar a regulação na mudança de governo. A insegurança jurídica permanece um marco importante na estrutura de política econômica do Brasil.

